

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,  
TRABALHO E FINANÇAS



gabinete  
**paralelo**  
SP

Auxílio Emergencial de  
somente R\$ 100 na cidade  
de São Paulo é inaceitável

## ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO .....	3
INTRODUÇÃO .....	5
1. RESULTADO FISCAL DE 2020 E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO EM 2021 .....	5
2. POLÍTICA DE AUXÍLIO.....	6
2.1 Breve descrição de experiências implantadas em outros municípios em 2021 .....	6
2.2. Possibilidade orçamentária de uma política de maior vulto .....	8

## SUMÁRIO EXECUTIVO

- A ampliação e extensão do auxílio emergencial somadas a ações voltadas à segurança alimentar e geração de postos de trabalho são políticas com potencial de ativar a economia local e contribuir para a redução do ritmo de disseminação da Covid-19;
- A situação das finanças municipais no início do segundo mandato de Bruno Covas (PSDB) é particularmente cômoda se compararmos a outras capitais;
- A arrecadação de tributos próprios já recuperou, em dezembro de 2020, o nível mensal pré-pandemia. Tornando o resultado fiscal do município muito positivo, mesmo na situação de crise que se encontra o país;
- O valor das receitas correntes se manteve significativamente superior ao valor das receitas confirmando a tendência de aumento de arrecadação;
- O resultado financeiro de 2020 foi superavitário em R\$ 5,5 bilhões. Reforça-se que o resultado financeiro representa um recurso que pode ser mobilizado pelo poder público para a realização de políticas de enfrentamento à crise sanitária e econômica;
- O auxílio de renda de Covas está muito aquém do que a população e a cidade de São Paulo precisam. Destaca-se, nesse sentido, o fato de o gasto previsto com o auxílio emergencial representar, proporcionalmente, apenas 7,3% do resultado financeiro de 2020;
- Segundo dados da PNAD Contínua do IBGE, no terceiro trimestre de 2020 a taxa de desocupação na cidade de São Paulo chegou a 17,3%. Comparado ao primeiro trimestre de 2020, antes da pandemia, foram mais de 600 mil postos de trabalho fechados, sendo 250 mil no mercado informal. Mais de 100 mil trabalhadoras e trabalhadores por conta própria também perderam sua fonte de renda;
- De acordo com dados experimentais da pesquisa PNAD Covid do IBGE, em novembro de 2020 50% dos beneficiários do auxílio emergencial na capital paulista eram pretos ou pardos, percentual que chegava a 60% considerando apenas a parcela dos beneficiários com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo;

Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Finanças – Fevereiro/2021

- Apenas em isenções fiscais que beneficiam o setor financeiro, a prefeitura estima que deixará de arrecadar R\$ 1,19 bilhões em 2021. São recursos que deixarão de ser cobrados de gestores de fundos, de cartões de crédito e débito, da Bolsa de Valores, de empresas de pagamento eletrônico, entre outros, devido à redução da alíquota de ISS sobre estes setores;

- Vale lembrar que a gestão Covas congelou quase R\$ 400 milhões do orçamento apenas da pasta da Assistência Social em plena pandemia, o que poderia ter proporcionado milhares de auxílios emergenciais;

- Estimamos que um auxílio com custo total de R\$ 2,1 bilhões, conforme proposto, poderia ampliar a base de arrecadação municipal em 2021 em R\$ 250 milhões, com efeitos positivos ainda maiores sendo carregados para 2022.

## **INTRODUÇÃO**

A continuidade do cenário de pandemia manteve no centro do debate a necessidade de manutenção de políticas de enfrentamento à crise sanitária e à crise econômica intensificada pela própria pandemia. No plano econômico, a necessidade de políticas emergenciais em razão do agravamento da pobreza e da ameaça da fome deveria ser o foco da discussão sobre a possibilidade de manejo dos recursos fiscais e sua aplicação em ações de combate à miséria e ao desemprego.

A utilização do superávit financeiro de 2020 e a coordenação das diversas ações da prefeitura no sentido de reduzir os efeitos negativos da pandemia sobre a economia de São Paulo seria parte complementar fundamental na estratégia geral de enfrentamento da crise sanitária. A ampliação e extensão do auxílio emergencial, ações voltadas à segurança alimentar e a atuação da prefeitura enquanto geradora de postos de trabalho formais (sendo seguidas as medidas de segurança sanitária) são exemplos de políticas que poderiam inclusive contribuir para a redução do ritmo de disseminação da Covid-19.

## **1. RESULTADO FISCAL DE 2020 E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO EM 2021**

O prefeito Bruno Covas (PSDB) inicia o atual mandato encontrando as finanças municipais em situação particularmente cômoda se compararmos a outras capitais como a cidade do Rio de Janeiro e outros entes como os Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Tanto as receitas totais como as receitas correntes do município atingiram seu maior valor real dos últimos dez anos, mantendo a tendência de crescimento, a despeito dos efeitos negativos da pandemia. A arrecadação de tributos próprios já recuperou, em dezembro de 2020, o nível mensal pré-pandemia. Ainda que a taxa de crescimento das despesas correntes tenha sido superior à das receitas correntes, 6,7% contra 5,4%, o resultado fiscal do município foi positivo.

O valor das receitas correntes se manteve significativamente superior ao valor das receitas confirmando a tendência de aumento de arrecadação, em termos reais, de dois dos principais tributos municipais (ISS e ITBI), que cresceram respectivamente 9,3%, e 19,5%, compensando a queda de 8,3% de arrecadação do IPTU. Ainda que 2020 tenha

## Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Finanças – Fevereiro/2021

sido um ano atípico em relação ao comportamento tanto das receitas quanto das despesas totais, ao final do exercício de 2020 foram abertos R\$ 5,45 bilhões em créditos suplementares para o orçamento de 2021, sendo que R\$ 2,93 bilhões desse valor são provenientes de recursos do superávit financeiro de 2019 do município.

Assim, em 2020, o resultado financeiro do Tesouro Municipal (sem vinculações) foi superavitário em R\$ 5,5 bilhões. Como esse valor é definido através do desconto dos pagamentos efetuados pelo Tesouro em relação ao total de ingresso de receitas, o resultado financeiro representa um recurso que pode ser mobilizado pelo poder público para a realização de políticas de enfrentamento à crise sanitária e econômica.

## 2. POLÍTICA DE AUXÍLIO

### 2.1 Breve descrição de experiências implantadas em outros municípios em 2021

#### *Belém*

Em 08 de janeiro de 2021 foi aprovado o projeto de lei de iniciativa do Executivo que criou o programa “Bora Belém”, que prevê o pagamento de uma renda básica de até R\$ 450 à população em situação de vulnerabilidade.

O **prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues (PSOL)**, em poucos dias de sua posse apresentou o projeto de lei que foi votado em caráter de urgência em apenas dois dias. O projeto apresenta apenas as diretrizes do programa, deixando sua regulamentação para ser executada, permitindo que possa ter seus valores melhor adequados às necessidades da população. Esse caminho gerou críticas dos vereadores da oposição, que cobravam mais informações sobre o projeto, como a especificação do valor, quem teria direito ao benefício e de onde viriam os recursos para o pagamento. Ainda assim, eles votaram a favor do projeto.

O programa “**Bora Belém**” deve atender nove mil pessoas inicialmente, principalmente quem já faz parte do Cadastro Único (CadÚnico) e inscritos no Bolsa Família. A previsão é que o programa requeira um financiamento de R\$ 30 milhões, que viriam de recursos municipais próprios e de parceria com o governo estadual. Os recursos do programa serão administrados pelo Fundo de Assistência Social (FMAS).

A regulamentação do programa passará por uma etapa de análise do Conselho Municipal de Assistência Social, que traçará todas as exigências e requisitos para a inclusão dos cidadãos no programa. O CadÚnico servirá como suporte para a implementação do “Bora Belém”, o que requer que cidadãos tenham seus dados atualizados no sistema.

Algumas características socioeconômicas tornam o programa ainda mais relevante para a cidade de Belém. O PIB per capita de Belém é o menor entre as capitais brasileiras. Além disso, no primeiro trimestre de 2020 havia mais de cem mil pessoas desempregadas, fazendo com que esta fosse a segunda capital com maior número de pessoas sem emprego entre os estados do Norte do país. Ainda, 33% da população de Belém recebeu o auxílio emergencial federal, isto é, 500 mil pessoas de uma população total de 1,5 milhão de pessoas, com um benefício médio de R\$ 190. Cabe destacar que 70% da população de Belém tem uma renda de até dois salários mínimos, o que dificulta que tenham reservas para enfrentar períodos de calamidade como o de uma pandemia.

### *Salvador*

Antes mesmo da liberação do Auxílio Emergencial por parte do governo federal, a capital da Bahia criou o programa “**Salvador por todos**”, um programa da prefeitura de Salvador para os trabalhadores informais e individuais cadastrados no município, regulado pela Lei 9517/2020. Têm direito ao “Salvador Por Todos” as pessoas inscritas nos cadastros municipais, até 20 de março de 2020, das seguintes categorias: i) Baianas de acarajé; ii) Ambulantes; iii) Feirantes; iv) Camelôs; v) Barraqueiros; vi) Baleiros; vii) Taxistas, motoristas de aplicativo e mototaxistas, com idade superior a 60 anos; viii) Guardadores de carro; ix) Recicladores; x) Titulares do benefício moradia, em razão de vulnerabilidade social, que não recebam bolsa família; xi) Titulares do benefício moradia, cadastrados pelo Município como população de rua, que não recebam Bolsa Família. Ficam excluídos do programa quem recebe benefícios previdenciários ou está inscrito em programas sociais, como o Bolsa Família. Ainda, se o trabalhador não tiver cadastro e desejar receber o benefício, deve comprovar que atua no comércio informal. Também foram beneficiados com o valor de R\$270,00, por um mês, taxistas, auxiliares e motoristas de aplicativos, com idade entre 40 a 60 anos.

Inicialmente, tinha sido previsto que o programa duraria 3 meses, porém o programa foi estendido. O benefício mensal de R\$ 270 começou a ser pago em abril de 2020 e, em fevereiro de 2021, a 11ª parcela do benefício está sendo paga. Seu valor foi estabelecido considerando o preço de 1 botijão de gás e 2 cestas básicas no mês na cidade de Salvador. Os saques são realizados na rede lotérica ou em caixas eletrônicos de autoatendimento das agências da Caixa Econômica Federal.

Mais de 35 mil pessoas já receberam o benefício desde que o “Salvador por Todos” foi criado, totalizando pouco mais de R\$56 milhões investidos pela Prefeitura nas últimas dez parcelas.

Algumas características socioeconômicas tornam o programa ainda mais relevante para a cidade de Salvador: 611 mil soteropolitanos (ou 21,3% dos moradores da capital) vivem abaixo da linha da pobreza definida pelo Banco Mundial. Cerca de 950 mil soteropolitanos receberam o auxílio emergencial do governo federal, sendo em torno de 230 mil beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), 120 mil do CadÚnico (não PBF) e 600 mil extra-CadÚnico.

## **2.2. Possibilidade orçamentária de uma política de maior vulto**

Em 2 de fevereiro de 2021, a gestão de Bruno Covas enviou à câmara dos vereadores de São Paulo uma proposta de auxílio emergencial municipal. O texto, aprovado pelos vereadores no dia 24 de fevereiro, prevê o pagamento de 3 parcelas de R\$ 100,00 a cerca de 1,25 milhão paulistanos, com gasto total estimado em R\$ 400 milhões. Destaca-se, nesse sentido, o fato de o gasto previsto com o auxílio emergencial representar, proporcionalmente, apenas 7,3% do resultado financeiro de 2020, o que demonstra que o volume de recurso para esta política poderia ser muito mais robusto.

O auxílio de Covas está muito aquém do que a população e a cidade de São Paulo precisam. Como apontado na seção anterior, recursos para um auxílio suficiente para realmente ajudar a parcela mais vulnerável da população a colocar comida na mesa não faltam. Um auxílio mais robusto também é essencial para colocar mais dinheiro em circulação e impulsionar a recuperação econômica da cidade.



Segundo dados da PNAD Contínua do IBGE, no terceiro trimestre de 2020 a taxa de desocupação na cidade de São Paulo chegou a 17,3%. À época, eram mais de 1 milhão e 100 mil desempregadas e desempregados no município. Além disso, 300 mil pessoas trabalhavam menos do que gostariam e 150 mil haviam simplesmente desistido de procurar emprego. Comparado ao primeiro trimestre de 2020, antes da pandemia, foram mais de 600 mil postos de trabalho fechados, sendo 250 mil no mercado informal. Mais de 100 mil trabalhadoras e trabalhadores por conta própria também perderam sua fonte de renda.

O panorama é desolador e não há grandes motivos para esperar que a retomada econômica nos próximos meses seja suficiente para melhorar significativamente as condições do mercado de trabalho na cidade. Durante boa parte de 2020, os efeitos econômicos da pandemia foram amortecidos pelo auxílio emergencial federal, cuja última parcela foi paga em dezembro de 2020. Se um novo auxílio não for instituído urgentemente, muita gente vai ter que vender o almoço para comprar o jantar. Espera-se que os mais afetados sejam os mesmos de sempre: homens e mulheres pretos e pardos, pobres e periféricos.

De acordo com dados experimentais da pesquisa PNAD Covid do IBGE, em novembro de 2020 50% dos beneficiários do auxílio na capital paulista eram pretos ou pardos, percentual que chegava a 60% considerando apenas a parcela dos beneficiários com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo. Isso em uma cidade onde, de acordo com o Censo de 2010, pretos e pardos representam apenas 37% da população. Mulheres chefes de família também compõem o grupo dos mais vulneráveis: em 2020, mais de 600 mil mulheres chefes de família receberam auxílio, mais de um quarto delas com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo. Com o fim do auxílio federal e o baixo valor do benefício oferecido pela gestão Covas, essas são as pessoas que mais irão sofrer.

Para se ter uma ideia do quão insuficiente é o auxílio de Covas, caso em novembro o auxílio federal fosse substituído pelos R\$ 100,00 recém aprovados, o número de beneficiários com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo aumentaria em 35%. Seriam cerca de 400 mil beneficiários caindo abaixo desta faixa de renda devido ao menor valor das transferências.

**Para efetivamente ajudar os que precisam, a prefeitura deveria instituir um auxílio emergencial em linha com a proposta de campanha da chapa Boulos e Erundina nas eleições de 2020, variando entre R\$ 172,00 e R\$ 350,00 de acordo com a renda familiar per capita.** A operacionalização poderia ser feita a partir dos dados de beneficiários já existentes do CadÚnico, reduzindo a complexidade e os custos operacionais. Seguindo estas premissas, com o pagamento de três parcelas e atendendo aos mesmos 1,25 milhões de pessoas que a prefeitura estima beneficiar, o pagamento de três parcelas do auxílio teria um custo de R\$ 2,1 bilhões, o que representaria 38% do resultado financeiro do ano passado.

Como financiar esta proposta? A verdade é que recursos não faltam. Apenas em isenções fiscais que beneficiam o setor financeiro, a prefeitura estima que deixará de arrecadar R\$ 1,19 bilhões em 2021. São recursos que deixarão de ser cobrados de gestores de fundos, de cartões de crédito e débito, da Bolsa de Valores, de empresas de pagamento eletrônico, entre outros, devido à redução da alíquota de ISS sobre estes setores. Só este valor já seria suficiente para financiar mais da metade do auxílio durante três meses. Além disso, conforme indicado anteriormente, o resultado financeiro da prefeitura em 2020 foi um superávit de R\$ 5,5 bilhões, recursos suficientes para financiar o auxílio aqui proposto por quase oito meses. Vale lembrar que a gestão Covas congelou quase R\$ 400 milhões do orçamento apenas da pasta da Assistência Social em plena pandemia, o que poderia ter proporcionado milhares de auxílios emergenciais.

É importante ressaltar que a transferência de renda aos mais pobres, além de ser fundamental para garantir o mínimo de dignidade e segurança para milhões de pessoas, tem efeitos multiplicadores significativos sobre a economia. Isso significa que quando os beneficiários recebem o auxílio, eles gastam para adquirir os bens e serviços de que necessitam e, com isso, ajudam a aquecer a economia local. Neste sentido, um auxílio mais substancial seria importantíssimo para ajudar os pequenos negócios, especialmente nas periferias da cidade, a sobreviver à crise. Ajudando a economia, os gastos dos beneficiários do auxílio também ajudam a fortalecer o mercado de trabalho e a recuperação de empregos na cidade. Por fim, este estímulo econômico amplia a base de arrecadação da prefeitura e, assim, se auto-financia parcialmente. Com base em estudos sobre os efeitos multiplicadores de benefícios sociais sobre a economia brasileira e em

Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Finanças – Fevereiro/2021

análises específicas sobre a dinâmica de arrecadação da cidade de São Paulo, estimamos que um auxílio com custo total de R\$ 2,1 bilhões, conforme proposto, poderia ampliar a base de arrecadação municipal em 2021 em R\$ 250 milhões, com efeitos positivos ainda maiores sendo carregados para 2022.

Com base nestes dados e estimativas, fica evidente que há recursos mais do que suficientes para um projeto de auxílio emergencial que realmente ajude a população e a cidade de São Paulo a passarem pelos próximos meses de crise sanitária e econômica.

## **Gabinete Paralelo**

Guilherme Boulos

## **Equipe Técnica**

Ana Luíza Matos de Oliveira

Camila de Caso

Camila Kimie Ugino

Eduardo Tinti

Grazielle David

Juliane Furno

Marco Antonio Rocha

Marina Mattar

Marco Antônio Rocha

Rosa Maria Marques

Ruy Braga